

# Especialistas criticam IR sobre lucro e dividendo deste ano

Para especialista, medida defendida pelo senador Renan Calheiros atrapalharia planejamento de longo prazo das empresas, podendo provocar desinvestimento

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

22/10/2025 05h03 · Atualizado agora

A proposta de tributar lucros acumulados ao longo deste ano, em estudo no Senado, é criticada por especialistas ouvidos pelo **Valor**. A ideia vem sendo defendida pelo relator do projeto de lei que isenta de Imposto de Renda (IR) rendimentos até R\$ 5 mil e trata de outros pontos, senador **Renan Calheiros** (MDB-AL). O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, em um dos trechos, preserva dividendos apurados até o fim deste ano da retenção de 10%, inclusive o estoque de anos anteriores ainda não distribuídos. **Renan propõe alterar esse trecho, por meio do fatiamento da proposta.**

André Moreira, tributarista do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi, defende que é preciso garantir que os lucros acumulados até o fim de 2025 não sofram tributação de 10% do IR, mesmo que sejam distribuídos a partir de 2026. **A proposta do deputado **Arthur Lira** (PP-AL), avalia, tratou do assunto de forma “organizada”. Pela proposta, a distribuição dos lucros acumulados precisa ser estabelecida pela empresa em assembleia, seguindo os ritos societários cabíveis.** A proposta, observa Moreira, também estabeleceu que a distribuição desses lucros precisa ser feita até 2028.

O advogado diz que as empresas trabalham com planejamento de longo prazo. “Não se pode chegar às vésperas do fim do ano e dizer que a partir do ano que vem os lucros e dividendos serão tributados em 10%. Isso desestrutura o planejamento empresarial.” Além disso, diz, isso forçaria uma **distribuição antecipada dos dividendos este ano**, para fugir da tributação, o que vai gerar desinvestimento. “Porque dinheiro que podia estar sendo investido no Brasil em 2026, 2027, vai ser distribuído para o acionista. E, muitas vezes, o acionista do exterior.” “É uma medida que mira um resultado, mas no fim do dia labora contra ele”, diz Moreira. “Haverá de imediato descapitalização das empresas e redução de investimentos. Haverá até 31 de dezembro pressão forte sobre o câmbio, pois para a distribuição interna, haverá a partir de 2026 retenção na fonte de 10% sobre pagamentos a pessoas físicas. Mas, para a distribuição ao exterior, seja remessa para a pessoa física ou para a pessoa jurídica, haverá retenção dos 10%.”

**Caso a distribuição dos lucros acumulados até fim de 2025 sejam tributados, diz Moreira, há violação à segurança jurídica. “Haverá tributação de dividendos que são fruto de lucro acumulado antes do início da produção dos efeitos da lei.” Para Moreira, o tema pode ser alvo de questionamento judicial.**

Para a equipe da **Tendências Consultoria**, a instituição da tributação de dividendos com uma alíquota fixa de 10% a partir de 2026 criará “incentivo perverso para a antecipação de distribuições”. **Para isso, muitas empresas precisarão se endividar, o que pode afetar a estrutura de capital.**

“Todos os juristas consultados são unânimes em dizer que essa é uma manobra manifestamente inconstitucional, com vários precedentes do Supremo”, disse o presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP-AL). “É uma atitude que demonstra a triste intenção de melar a isenção do IR. Perde o Brasil, quando um tema tão importante vira ato de politicagem”, afirmou.

Lira disse ainda que os cálculos da consultoria do Senado que preveem um impacto de R\$ 16,2 bilhões em dois anos estão errados e que o projeto é neutro.

“O temor é legítimo e alimentado pela postura apequenada e oportunista da relatoria do senado, inclusive, ao sugerir um trâmite inconstitucional para a matéria”, atacou o presidente da Câmara. “Espero que o texto enviado pelo governo, construindo com muito diálogo e seriedade na câmara, seja também analisado agora com a responsabilidade e sem politicagem para que possamos, ao fim, beneficiar milhões de brasileiros.”

Para o senador **Randolfe Rodrigues** (PT-AP), líder do governo no Congresso, “qualquer proposta de fatiamento a gente vê com preocupação. Se houver alternativa que não comprometa [que o projeto não volte à Câmara], nós vamos conversar” com Renan, disse.

O senador Renan Calheiros foi procurado, mas não respondeu até o encerramento desta edição. **(Colaboraram Caetano Tonet e Gabriela Guido, de Brasília)**